



Comprovante de Publicação

Nº: 5684

Data/Hora Veiculação: 12/05/2011 16:33

Ato: ATA Nº 005/2010 - CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

Assunto: PLANO DIRETOR

Tipo: Ata do Conselho Municipal do Plano Diretor

Órgão 1: Prefeitura do Município

Órgão 2: CMPD - CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR

Ementa: Ata da reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor realizada em 05/11/10.

Identificação: 1218/2011

Data Publicação : 13/05/2011

**Completo**

ATA Nº. 005/2010 DE 05/011/2010 1 2 3 1 Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às quinze horas, na sala 2de reuniões da CODAR- Companhia de Desenvolvimento de Araucária, sede de 3reuniões do Conselho Municipal do Plano Diretor do Município de Araucária, acontece 4reunião plenária ordinária do Conselho Municipal do Plano Diretor de Araucária, estando 5presentes os seguintes conselheiros: Salete Kulig, Sérgio Luis Prestes, Fabiana Moreno 6Casado, Josiane Novak, Helio Luiz Bzuneck, Dionísio Francisco Grabowski, Silvane 7Belo dos Santos, Criceli Luczyszyn Wolski, Renaldo Rodrigues, Alcides José Padilha, 8Moacir Guedes de Moura, Moacir Marcos Tuleski Pereira, José Paulo Frederico Loureiro 9e Vanessa Pontello Nepomuceno, representando senhor Maurício de Mello. Josiane 10pergunta se alguém tem alguma colocação para fazer a respeito da última ata e Moacir 11Guedes de Moura, solicita que sejam colocadas por extenso as siglas para melhor 12compreensão de quem as lê e nada mais havendo segue a reunião. Após a assinatura 13da lista de presença e distribuição da pauta, Sérgio inicia com a entrega do material 14solicitado pelo Conselheiro Moacir Marcos Tuleski Pereira, e com a prestação de contas 15a respeito da Resolução nº 01/2010 do Conselho Municipal do Plano Diretor ? 16Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo da AIS ( Área de Interesse Social) 21 de 17Outubro, já publicada em Diário Oficial, explica que (174) cento e setenta e quatro 18famílias serão reassentadas. Explica sobre o projeto e coloca que na primeira e 19segunda licitações para construção das casas não houve empresas interessadas e que 20a nova licitação teve vencedor, estando em fase de assinatura de contrato. Sérgio 21convida os conselheiros para participarem das reuniões nos dias 17 e 18 de novembro 22as 18h30 no Centro de Atendimento Integral a Criança, onde será feita a apresentação 23do projeto às famílias. Loureiro solicita que se coloque no papel as dificuldades 24encontradas nos projetos para encaminhar pela Deputada Rosane para discussão em 25Brasília e pergunta sobre a contrapartida do município neste projeto. Sérgio apresenta o 26projeto da ocupação 21 de Outubro, inclusive os recursos onde a contrapartida do 27município apenas para a construção das casas sem contar a infraestrutura é de 28aproximadamente R\$ 1.780.000,00. Loureiro levantou a questão de eficiência do 29sistema de tratamento de esgoto que será implantado na área e Sérgio faz a entrega do 30documento comprobatório de eficiência de 80% (oitenta por cento) do sistema. Sérgio 31coloca sobre a prestação de contas da Regulamentação do Estudo de Impacto de 32Vizinhança ? lei em elaboração, após formatação do documento este será encaminhado 33à comissão do Estudo de Impacto de Vizinhança para avaliação e posteriormente ao 34Conselho Municipal do Plano Diretor, solicita sugestões para a próxima plenária. 35Loureiro diz que tem solicitado Estudo de Impacto de Vizinhança às empresas para 36contribuir para o município e discorre sobre a Lei do Estudo de Impacto de Vizinhança, 37Fabiana diz que a lei não determina quais medidas devem ser tomadas, e que é 38encaminhado para comissão para análises e providências, Loureiro sugere check-list, 39Hélio e Josiane concordam com Loureiro, Sérgio fala do encaminhamento para 40audiência pública. Sérgio coloca sobre a aprovação da abertura dos trabalhos de 41elaboração de relatórios de avaliação dos resultados de implementação do Plano 42Diretor, conforme determina o Artigo 4º da lei do Plano Diretor (Lei Complementar nº 43005/2006) necessidade de composição da Comissão de Avaliação do Plano Diretor, 44Sérgio coloca que é necessário fechar a avaliação, Loureiro diz que os trabalhos estão 45ótimos tudo funcionando, que os trabalhos realizados no passado foram muito bons, e 46que os novos integrantes do Executivo não tem a mesma compreensão nos estudos por 47não terem participado do processo de criação do Plano Diretor, Sérgio diz que não se 48pode discriminar os que estão entrando agora para integrar o Conselho, Loureiro faz 49colocação sobre o banco de dados da sua necessidade, Sérgio sugere trazer propostas, 50Loureiro fala do artigo 156, o que não foi cumprido (deve-se implementar o que ficou 51parado). Fabiana coloca que não existem especificações na Lei, e que os conselheiros 4 ATA Nº. 005/2010 DE 05/011/2010 5 6 52precisam dar sugestões de ações. Hélio coloca que está no Plano Plurianual, Sérgio 53coloca que não houve participação e integração das Secretarias para o Plano, Silvane 54diz que a Secretaria Municipal de Finanças não teve conhecimento do fato. Sérgio 55sugere que se forme uma comissão para análise e estudos. Fabiana coloca que se faça 56dois grupos um maior para indicar pessoas para participar das discussões e um menor 57para gerenciar, Loureiro sugere um seminário com os conselheiros municipais do plano 58diretor e secretarias, colocar metas por artigos. Sérgio coloca como Plano de Gestão. 59Hélio diz que devem ser realizados ajustes, Sérgio coloca sobre relatório de avaliação 60dos resultados/dez anos), Fabiana coloca sobre o artigo 4º do relatório de relatório, 61Sérgio discorre sobre uma possível pré qualificação para revisão, Loureiro coloca sobre 62as metas a cumprir que são necessários um ou dois dias para discussões, Sérgio fala 63sobre a organização da equipe, sugere que se faça correspondência para indicar um 64representante por secretaria; Moacir Guedes de Moura pergunta se a comissão é 65temporária para esta discussão, Sérgio explica e sugere o encaminhamento de formar a 66comissão de avaliação: primeiro encaminhar ofícios para Secretaria Municipal de 67Planejamento, Secretaria Municipal de Urbanismo, Secretaria Municipal de Meio 68Ambiente, Procuradoria Geral do Município, Companhia de Desenvolvimento de 69Araucaria e o Conselho Municipal do Plano Diretor em plenária indica como titular: 70Moacir Marcos Tuleski Pereira e como suplente Sérgio Luis Prestes. Josiane e Sérgio 71colocam sobre o ofício nº 007 ? SEDU

(Secretaria de Estado de Desenvolvimento 72Urbano) ? Conselho Estadual das Cidades: recomenda criação de grupo de trabalho 73 para discussão sobre prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, conforme 74 Resolução Recomendada nº 87 do Conselho das Cidades, Ministério das Cidades, 75 Moacir Marcos comenta sobre o conhecimento que teve num encontro no Rio de Janeiro, sobre mediação de conflito, Sérgio sugere encaminhamento por e-mail aos 77 conselheiros, mostra a resolução para conhecimento de todos, Loureiro pergunta o que 78 o conselho municipal do plano diretor tem que sugerir, Fabiana lê parte da resolução 79 esclarece alguns itens, Loureiro sugere grupo consultivo, ?EIS?, Moacir Marcos diz que o 80 grupo deve ser propositivo, Moacir Guedes solicita mais informações, Fabiana esclarece 81 de acordo com o que está na resolução. Moacir Marcos sugere um link do curso para 82 passar os e-mails, Como deliberação será disponibilizado o material da resolução nº 87 83 para todos os conselheiros, ficando o grupo de trabalho para ser constituído na próxima 84 plenária. Próximo assunto de pauta, Josiane coloca sobre a publicação e abertura de 85 período de estudos pelos conselheiros da legislação integrante do Plano Diretor, Sérgio 86 faz a entrega dos DVDs, sugere que todos façam a leitura, que a partir de 02/01/2011 87 terá validade. Loureiro fala que em outubro de 2008, estas leis eram as mesmas que 88 estão sendo entregues hoje e que em janeiro de 2009 o Humberto Diretor Geral da 89 Secretaria Municipal de Planejamento disse que isso ia mudar tudo, apresentando o 90 DVD e dizendo que foi desqualificado por Humberto. Sérgio diz que o momento não é 91 para discutir questões pessoais, que as leis só terão validade em 02/01/2011 e que o 92 objetivo é despertar os conselheiros para análise das Leis que estão sendo entregues. 93 Sérgio coloca quatro casos para apreciação para despertar o interesse dos conselheiros 94 na matéria não lançando críticas nem abrindo para apartes, posicionamentos ou 95 debates, apenas para que os conselheiros entendam da complexidade do momento, 96 dos desdobramentos de atos anteriores do Conselho do Plano Diretor e como irão afetar 97 ou beneficiar os empreendimentos no Município. Cita-se da necessidade de 98 regulamentação de Perímetro Área Urbana do Distrito de Guajuvira; vagas de 99 estacionamento; vagas de estacionamento comercial, vagas de estacionamento 100 industriais, código de Obras: Obras públicas, áreas computáveis e não computáveis, 101 equipamentos especiais. Loureiro diz que foi feita resolução. Josiane coloca que na lei 102 atual não existem parâmetros. Loureiro sugere que se faça uma planilha com soluções, ATA Nº. 005/2010 DE 05/01/2010 7 8 9 103 o conselheiro Hélio coloca que há dois anos nenhum arquiteto ou Engenheiro participou 104 da elaboração da Lei e que a Lei é só mudar, Sérgio pede que fique clara a 105 responsabilidade do Conselho no momento de elaboração do Plano Diretor, na inserção 106 de artigos que regulamentam a revisão e alteração do plano diretor sendo que para isso 107 (qualquer alteração mínima) há necessidade de Conferências Públicas Art. 155 da Lei 108005/2006 de 06/10/2006. Josiane coloca que sobre o código de obras não existe 109 parâmetro nenhum, Fabiana coloca que noventa e três temas não estão regulamentos 110 na Lei, Hélio coloca que o conselho atual já deveria ter realizado discussões há muito 111 tempo e não somente agora. Sérgio coloca que as Leis só foram sancionadas agora, 112 Loureiro fala do Santander que faltam sete vagas que está irregular, Renaldo fala que o 113 problema não é a lei, mas fazer cumprir a lei. Sérgio coloca que estes são alguns itens 114 colocados para provocar discussão, também para que os conselheiros vejam a 115 seriedade dos assuntos e estudem com atenção as novas leis para entenderem seus 116 desdobramentos, cita um caso no centro da cidade, onde numa nova construção 117 comercial se exigirá pela Lei elaborada em 2007 uma vaga a cada 20 m<sup>2</sup>, e que os dois 118 primeiros pavimentos do novo comércio a ser instalado só poderão servir de garagem 119 para poder instalar uma loja no terceiro pavimento. Sobre assuntos gerais Moacir 120 Guedes pergunta ao Hélio sobre o aterro, respondido que desde dia 1º de novembro foi 121 chegado o aterro da Cachimba, que os resíduos estão sendo encaminhados para 122 Fazenda Rio Grande, explica o aumento da distância, fala sobre a balança do DNIT, a 123 Secretaria Municipal de Meio Ambiente está estudando os repasses a serem realizados 124 para serem repassados para população, devido ao grande impacto financeiro, Silvane 125 coloca que o Imposto Predial Territorial Urbano, não cobre despesas no município, 126 Loureiro pergunta qual o custo por tonelada, Hélio diz que é de R\$ 96,36 sendo o 127 contrato de quatro milhões por ano valor orçado e prevê alguns cancelamentos de itens 128 no contrato. Moacir Guedes pergunta sobre a construção da Escola e Casa de 129 Educação Infantil, próximo ao terminal e a BR, Criceli explica que o terreno está em 130 trâmite para desapropriação que é na antiga companhia São Patrício, que os alunos da 131 Escola Centenário que estão sendo atendidos no prédio do estado serão transferidos 132 para a escola Irmã Elizabeth Werka, pois o município não pode interferir no terreno do 133 estado, Silvane coloca que não entende porque quando o município faz obras e já não 134 prevê construção de prédios com mais andares, para suprir demandas maiores de 135 alunos nas Casas de Educação Infantil, Criceli diz que serão realizadas seis 136 ampliações, Sérgio coloca que a questão de andares tem que estar alinhada com 137 acessibilidade e idade dos usuários, ambos explicam o número de gastos com recursos 138 humanos e financeiros, coloca a questão das obras próprias, colocado que o estado não 139 investe integralmente em obra no município desde 1956 (escola), pergunta-se ao 140 representante do ministério público, onde está o estado neste momento. Renaldo coloca 141 sobre o encaminhamento que fez a respeito do processo nº 8309/10 ? Gold River 142 Mineração e Pesquisa Ltda ? componentes eletrônicos, que conversou com o 143 empresário que o local não é permissível, o empresário pergunta se o município tem 144 contrapartida para eles se instalarem no município, Hélio explica que o poder público 145 não pode se envolver, Renaldo sugere que o Conselho Municipal do Plano Diretor 146 sugira a Companhia de Desenvolvimento de Araucária que a área que a Companhia de 147 Desenvolvimento de Araucária possui não fosse vendida, que se construíssem 148 barracões para estes empreendimentos, Silvane coloca que a Companhia de 149 Desenvolvimento de Araucária, pode locar os terrenos, Renaldo desconhece a Lei, 150 Loureiro fala da parceria de estudos de incubadora, que encaminhe-se ofício com prazo, 151 para termos retorno, Renaldo coloca a questão dos mosquitos que invadiram a empresa 152 Berneck, Hélio diz que tem conhecimento e já foi solicitado visita, sugere fazer 153 encaminhamento por escrito à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Loureiro 10 ATA Nº. 005/2010 DE 05/01/2010 11 12 154 pergunta se já tem resposta para a questão ambiental, Hélio coloca que esta 155 responsabilidade é do Instituto Ambiental Paraná e não da Prefeitura, mas que quando 156 chegar resposta encaminha cópia para conhecimento, Loureiro coloca sobre o processo 157 7799/2009 VKR ? Empreendimentos ? hoje em 05/11/2010 foi aberto para análise do 158 loteamento horizontal no Tupy que encontra-se em área construída de Área 159 Preservação Permanente, que em 04/11 o parecer da Secretaria Municipal de Meio 160 Ambiente, coloca que atende os parâmetros ambientais, coloca que foi desmatado que 161 é área de Área Preservação Permanente, solicita autorização o Instituto Ambiental 162 Paraná, fala da vala de infiltração, Hélio solicita ofício à Secretaria Municipal de Meio 163 Ambiente para verificar, Loureiro pergunta se tem autorização para desmatamento de 164 mata atlântica para construção de empreendimento é deliberado que se envie ofício à 165 Secretaria Municipal de Meio Ambiente para mais informações e esclarecimentos. Nada 166 mais constando, eu Conselheira Salette Kulig, lavrei a presente ata que vai assinada por 167 mim e pelos conselheiros já referenciados. ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 Assinado de forma digital por ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 DN: c=br, o=ICP-Brasil, ou=Caixa Economica Federal, ou=AC CAIXA PJ, cn=ARAUCARIA PREFEITURA MUNICIPAL:80721168949 Dados: 2011.05.12 13:20:33 -0300